

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Liana Santos de Carvalho (EIC)

Linha de Pesquisa: Mercosul: a construção de um projeto histórico

Período de Coleta: 01 de março de 2022 até 31 de março de 2022

Data: **01/03/2022**

Título: **Lula: América Latina deve estar unida em um mundo que quer paz, não guerra**

Fonte pesquisada: <https://vermelho.org.br>

Link da notícia: <https://vermelho.org.br/2022/03/01/lula-america-latina-deve-estar-unida-em-um-mundo-que-quer-paz-nao-guerra/>

Em entrevista a Emir Olivares e Arturo Cano no jornal Mexicano La Jornada [no mesmo dia em que iniciou sua visita ao país](#), o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva falou da necessidade de a América Latina se unir em torno de um projeto de mundo pacífico, em crítica à guerra promovida pela Rússia – e incitada pelos EUA – na Ucrânia.

“Precisamos trabalhar em um mundo de cooperação, equilíbrio e paz, com instituições internacionais representativas e eficazes. Os problemas ambientais, especialmente o aquecimento global, a pandemia e as desigualdades brutais dentro e entre países, exigem uma profunda reforma da governança global. A América Latina deve estar unida neste esforço por um mundo que quer a paz e não pode mais suportar a guerra”, disse Lula, que se encontra com o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador.

Ao diário mexicano, o ex-presidente brasileiro, que lidera as pesquisas de intenção de votos, ainda falou com tristeza sobre o cenário de destruição no Brasil promovido por Jair Bolsonaro (PL).

“O Brasil está sendo destruído. As pessoas estão empobrecidas... Temos 116 milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar, o Brasil voltou ao mapa da fome. Temos um governo que não governa de verdade, que foca na mentira e não respeita absolutamente nada. Não respeita indígenas, negros, mulheres... e trata governadores

e prefeitos como inimigos. Esse governo desastroso, que é resultado direto do sentimento antipolítico de que as elites, com a ajuda dos setores da mídia, plantadas no Brasil, serão derrotadas este ano nas urnas”, disse.

Indagado se já se vê como presidente, Lula disse que tomará a decisão oficial sobre a candidatura ao voltar do México e elogiou o governo de AMLO, como é conhecido o mandatário mexicano.

“Tenho muitos amigos no México, que vive um momento importante com o governo progressista de Andrés Manuel López Obrador, o popular AMLO. A relação entre Brasil e México é importante por vários motivos, a começar pelo fato de serem os dois maiores países da América Latina”, disse ressaltando que Obrador conseguiu afirmar a autonomia do México sem criar antagonismos, contribuindo para uma relação mais equilibrada em nosso continente, essencial para o desenvolvimento latino-americano.

Data: **02/03/2022**

Título: **Com apoio do Brasil, ONU aprova resoluções contra a Rússia; combates seguem em diversas cidades**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia : <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/02/com-apoio-do-brasil-onu-aprova-resolucao-contrarussia-combates-seguem-em-diversas-cidades>

O Fórum da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, nesta quarta-feira (2), uma resolução contra a ofensiva militar russa na Ucrânia. Foram 141 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções. O Brasil se alinhou à maioria e votou a favor. Leia a [íntegra](#) do documento (em inglês).

Os países que votaram contra o texto foram Rússia, Belarus, Síria, Coreia do Norte e Eritreia. A China se absteve. A resolução deixou de "condenar", como estava prevista versão inicial do texto, para "deplorar nos mais fortes termos" o que chama de "agressão" russa.

A Rússia contestou o teor da resolução e disse que sua invasão ocorre em "legítima defesa". "Não foi a Rússia que iniciou esta guerra. Essas operações militares foram iniciadas pela Ucrânia contra os habitantes de Donbass (a região separatista no leste do país) e contra todos aqueles que não concordavam com ela", afirmou o embaixador russo Vassily Nebenzia.

O Brasil votou a favor da resolução, mas fez ressalvas. "A resolução é um apelo à paz da comunidade internacional. Mas a paz exige mais do que o silêncio das armas e a retirada das tropas. O caminho para a paz requer um trabalho abrangente sobre as preocupações de segurança das partes", disse o embaixador brasileiro Ronaldo Costa Filho.

Cerco em Kiev

No sétimo dia do conflito na Ucrânia, nesta quarta-feira (2) os militares russos buscam capturar alvos chave e os bombardeios prosseguem nas duas maiores cidades do país: a capital, Kiev, e Kharkiv.

Há relatos também de que a cidade portuária de Kherson, no sul, foi tomada, embora autoridades ucranianas digam que seguem resistindo.

A captura de Kherson é importante para o estabelecimento de uma rota naval para os militares russos. Há relatos feitos por correspondentes internacionais de que a cidade de Mariupol, no sul do país, também está cercada por tropas russas.

Ataques em Kharkiv

Em Kharkiv, de acordo com o governo local, bombardeios russos mataram pelo menos 21 pessoas e feriram mais de 100 apenas, nas últimas 24 horas. Durante a madrugada, uma explosão foi registrada na sede do distrito policial da cidade, que é a segunda maior do país.

Data: **04/03/2022**

Título: **Rússia pede a suspensão de fertilizantes; medida afeta agronegócio brasileiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/04/russia-pede-suspensao-da-exportacao-de-fertilizantes-medida-afeta-agronegocio-brasileiro>

O governo da Rússia recomendou que fabricantes de fertilizantes do país paralitem temporariamente a exportação para o exterior. O pedido está em uma nota do Ministério da Indústria e Comércio russo e [pode impactar o abastecimento do agronegócio](#) brasileiro.

Segundo o comunicado, a medida é motivada pela desagregação na logística de exportação decorrente das [sanções severas sofridas pela Rússia](#) após a ofensiva militar na Ucrânia. O governo russo afirma que transportadoras internacionais suspenderam as atividades no país, prejudicando o escoamento do insumo.

“Falhas no embarque de fertilizantes podem afetar diretamente a segurança nacional de vários países e causar graves consequências na forma de escassez de alimentos para centenas de milhões de pessoas já no médio prazo”, diz a nota do Ministério da Indústria e Comércio.

Saia justa para Bolsonaro

Do total de fertilizantes de fosfato e nitrogênio utilizados no Brasil, 23% vêm da Rússia e 3% de Belarus, aliada de Vladimir Putin. Na terça-feira (2º), o governo bielorrusso já havia comunicado ao Brasil que paralisaria o envio do insumo, em razão do fechamento da fronteira por parte da Lituânia, como sanção ao apoio à Rússia.

A interrupção da importação coloca o governo de Jair Bolsonaro (PL) em uma saia justa. Os fertilizantes são o principal produto negociado entre Rússia e Brasil. Em 2021, eles corresponderam a 60% dos quase US\$ 6 bilhões importados do país de Putin.

Antes do início do conflito, [Bolsonaro visitou Putin](#) buscando estreitar as relações comerciais entre os dois países e garantir a chegada dos insumos. A visita, no entanto, não resultou em avanços comerciais concretos.

Data: **05/03/2022**

Título: **Bolsonaro se aproxima de Putin por agenda antiglobalista e aumenta isolamento do Brasil**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/05/bolsonaro-se-aproxima-de-putin-por-agenda-antiglobalista-e-aumenta-isolamento-do-brasil>

Na quarta-feira (2), o Brasil votou a favor de uma [resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas \(AGNU\)](#) que condena a [operação militar da Rússia na Ucrânia](#), classificada como uma invasão. Mas isso não significa que o presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) esteja alinhado com o Itamaraty e muito menos que tomará uma posição menos dúbia do que o habitual.

Enquanto alega manter “isenção” com relação à guerra, iniciada pelas tropas russas em 24 de fevereiro, o presidente também demonstra e reafirma suas afinidades com o líder russo Vladimir Putin, que vão além de interesses econômicos. Nesta semana, Anatoliy Tkach, diplomata encarregado de negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil, [questionou a imparcialidade no conflito](#): “Nós sabemos quem é o agressor e quem é a vítima”, discursou para a imprensa em Brasília.

A estranha mudança de posição bolsonarista

A mudança de rota da diplomacia brasileira causa estranheza e certa divisão na base de apoio bolsonarista, que passou a se identificar com a resistência ucraniana contra a ocupação da Criméia pela Rússia desde 2014. Em protestos na Avenida Paulista, em São Paulo, e em Brasília, apoiadores de Bolsonaro ostentavam bandeiras da Ucrânia ou ainda uma bandeira rubro-negra com o brasão da guarda nacional ucraniana – símbolo apropriado pelos grupos paramilitares de extrema-direita do país que passaram a inspirar grupos fascistas e neonazistas brasileiros.

Mas o mundo muda rápido; e as alianças entre países no xadrez geopolítico, também. Se parecia óbvia a preferência brasileira pelos ucranianos, a recente aproximação com a Rússia colocou o país na contramão das potências ocidentais que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), inclusive os Estados Unidos. Há em Bolsonaro um especial interesse pelo país comandado por Vladimir Putin, que, por sua vez, também enxerga o Brasil no seu lado do tabuleiro.

Interesse mútuo entre Bolsonaro e Putin

“Se o Brasil estava isolado e à procura de um aliado poderoso e hostil à ordem liberal, a mesma coisa vale para o Putin”, comenta David Magalhães, coordenador do Observatório da Extrema Direita e professor de Relações Internacionais da PUC-SP, que também chama a atenção para o interesse repentino do presidente russo com o Brasil.

“Quanto mais a Rússia se isola, mais eleva o tom contra a ordem liberal que Joe Biden pretendia restabelecer após a saída de [Donald] Trump, mais se aproxima de figuras como Bolsonaro”, aponta.

Magalhães também reforça que Putin tem feito alianças com países e grupos políticos hostis à Otan e ao multilateralismo, sem fazer distinção da coloração ideológica.

“Pode ser a Marine Le Pen, do ultra-direitista Reagrupamento Social, passando pelos nacionalistas árabes, como o Bashar al-Assad da Síria, e pela chamada esquerda bolivariana na América do Sul”, exemplifica.

Data: **05/03/2022**

Título: **Uneafro pede que MP investigue Arthur do Val por declarações misóginas na Ucrânia**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/73525/uneafro-pede-que-mp-investigue-arthur-do-val-por-declaracoes-misoginas-na-ucrania>

A organização Uneafro solicitou ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) que investigue o deputado estadual Arthur do Val (Podemos-SP), conhecido como Mamãe Falei, por declarações consideradas misóginas e pela suposta prática de turismo sexual.

A denúncia se baseia em áudios vazados em que o parlamentar afirma que as mulheres ucranianas "são fáceis porque são pobres" e que "a fila da melhor balada do Brasil não chega aos pés da fila de refugiadas" na Ucrânia. Arthur do Val estava no país europeu, segundo ele, para apoiar o combate ao exército russo.

No pedido da Uneafro, é citado também uma suposta associação entre integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) e grupos de extrema direita da Ucrânia responsáveis pela propagação de ideologia nazista.

O pedido, direcionado à Promotoria do Núcleo de Direitos Humanos do MP-SP, cita trecho da entrevista do deputado federal Kim Kataguiri (Podemos) ao youtuber Bruno Aiub, conhecido como Monark, no podcast *Flow*. No dia 7 de fevereiro, o parlamentar afirmou que “foi um erro a Alemanha ter criminalizado o partido nazista”.

Após o caso repercutir nacionalmente, Kim Kataguiri fez uma publicação nas redes sociais afirmando que errou e pedindo desculpa à comunidade judaica. "Eu errei e a comunidade judaica tem razão de me criticar por eu ter dito esse absurdo", afirmou o parlamentar à época

Em entrevista ao *Brasil de Fato*, o professor e ativista político Douglas Belchior, coordenador da Uneafro Brasil e integrante da Coalizão Negra por Direitos, acrescenta

uma publicação nas redes sociais do deputado estadual Arthur do Val durante à viagem ao país europeu.

Na imagem, ele aparece ao lado de centenas de coquetéis molotov, dispositivo incendiário caseiro utilizado no conflito com a Rússia. Na publicação, Arthur do Val afirma estar ajudando o exército ucraniano.

"Contudo, não há declaração oficial do Governo ucraniano em relação ao recrutamento de estrangeiros para a produção das bombas caseiras. A mera aparição do deputado ao lado de bombas caseiras deve ser investigada, haja vista a tensão política que tem regido o nosso país", diz a solicitação de Belchior.

"Pela gravidade do exposto, verifica-se que os fatos ensejam séria investigação por parte do Ministério Público de São Paulo, por meio da instauração de inquérito e todos os demais meios que possibilitem a atuação no caso", encerra o documento.

Procurado pelo *Brasil de Fato*, o MBL criticou o ofício da Uneafro. "A representação não passa de um delírio oportunista que tenta criar conexões inexistentes. Trata-se de uma ação puramente publicitária, com a plena ciência de que não existem fundamentos para se chegar a algum resultado jurídico, mas apenas midiático."

Data: **07/03/2022**

Título: **América Latina não é “quintal” de alguém”, diz Chanceler chinês; assista**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/07/america-latina-nao-e-o-quintal-de-alguem-diz-chanceler-chines>

O ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, ressaltou a importância da América Latina e do Caribe para seu país durante coletiva de imprensa desta segunda-feira (7), organizada para delinear as principais pautas da diplomacia chinesa por ocasião da reunião anual do Parlamento.

O diplomata destacou que a China já enviou mais de 400 milhões de doses de vacina contra a covid-19 para a região. Além disso, o volume comercial das trocas entre Pequim e a América Latina e Caribe teria ultrapassado pela primeira vez a marca de US\$ 400 bilhões (R\$ 2,09 trilhões) em 2021, e ainda ressaltou a realização do Fórum Ministerial China-Celac.

"A América Latina é uma terra cheia de esperança e vitalidade, não o quintal de alguém. O que o povo latino-americano precisa é de equidade, justiça e cooperações que beneficiem a todos, e não de políticas de poder e assédio. A China e a América Latina são áreas em desenvolvimento e com a aspiração comum de independência", disse Wang.

Na conferência, Wang também comentou a guerra entre Rússia e Ucrânia e defendeu a promoção da "paz e do diálogo".

"Quanto mais divergências, maior é a necessidade de sentar para negociar. Os rios não congelam em uma única noite fria, a situação na Ucrânia tem causas muito complexas e a primeira coisa a se fazer é manter a calma e a razão e buscar uma solução pacífica", disse o diplomata.

Data: **07/03/2022**

Título: **Terra, trabalho, direito de existir: mulheres do MST realizam atos contra multinacionais do agronegócio**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/73544/terra-trabalho-direito-de-existir-mulheres-do-mst-realizam-atos-contra-multinacionais-do-agronegocio>

Mulheres que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram na manhã desta segunda-feira (07/03) protestos em frente às empresas multinacionais Syngenta e Bracell, no interior de São Paulo, e Bunge, na Baixada Fluminense.

Os atos integram a Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra, organizada durante o mês de março, entre os dias 7 e 14, que inclui protestos, ações de solidariedade e atividades de formação política em todo o país.

O lema da campanha deste ano é "terra, trabalho e direito de existir" e tem como uma de suas principais pautas o repúdio ao chamado "Pacote da Destruição", um conjunto de projetos de lei (PL) que estão tramitando no Congresso Nacional.

De acordo com o MST, se forem aprovados, os PLs irão propiciar o aumento do consumo de agrotóxicos, o avanço sobre terras camponesas, indígenas e de assentados, a facilitação da grilagem, “além de incitar a violência e os despejos urbanos e rurais e atentar contra os movimentos populares através da criminalização e tipificação de terrorismo”.

Com faixas, grafites e palavras de ordem, cerca de 70 mulheres sem terra ocuparam a frente da empresa suíça Syngenta, fabricante e líder mundial do mercado de agrotóxicos, em Paulínia, interior de São Paulo.

A Syngenta é uma das fabricantes do paraquate que, segundo o movimento, trata-se de "um dos agrotóxicos mais perigosos do mundo", proibido em mais de 50 países desde 1989. “Está sendo empurrado para a mesa do povo brasileiro”, diz nota do movimento.

As mulheres sem terra também afirmam que parlamentares são “comprados” pela empresa para que mais agrotóxicos sejam liberados legalmente.

O movimento cita que o relator do Pacote do Veneno, o deputado Luiz Nishimori (PL), fez um acordo de R\$ 1,5 milhão para quitar uma dívida com a multinacional suíça. A negociação da dívida teria sido feita no final de 2020, quando já tramitava na Câmara o PL que flexibiliza o uso de agrotóxicos no país.

No município de Lençóis Paulista, a ação de protesto aconteceu em frente à entrada principal da Bracell, empresa com sede em Singapura, pertencente ao grupo RGE, Royal Golden Eagle. A multinacional asiática é a “grande responsável por transformar nossas terras cultiváveis em um imenso deserto infértil”, diz o MST nota.

Data: **08/03/2022**

Título: **8M no mundo: Argentina, Cuba, Brasil e outros países registram atos no dia mundial da mulher**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/73562/8m-no-mundo-argentina-cuba-brasil-e-outros-paises-registram-atos-no-dia-internacional-da-mulher>

Milhões de mulheres foram às ruas nesta terça-feira (08/03) em diversos países do mundo para protestar contra a sociedade patriarcal no Dia Internacional de Luta das Mulheres. Manifestações foram registradas em grandes cidades da América Latina, Europa e África.

Na Argentina, os atos contaram com a participação do coletivo Ni Una Menos, que convocou uma greve feminista internacional e uma marcha ao Congresso Nacional na cidade de Buenos Aires. Entre as reivindicações, o grupo afirma que "as dívidas que o Estado e o governo têm com as mulheres devem ser priorizadas antes de qualquer pagamento da dívida externa".

Em El Salvador, o Coletivo Las Mélidas se manifestou contra a possível revogação da Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência, planejada pelo governo de Nayib Bukele. As manifestações de organizações salvadoreñas começaram já no último domingo (05/03) e seguiram ao longo desta terça-feira.

Mulheres também saíram às ruas em centenas de cidades no Brasil para pedir o fim da violência de gênero, do machismo, do racismo e da fome, sob o lema "Bolsonaro Nunca Mais". O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou diversos atos na Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra, que acontece entre os dias 7 e 14 de março.

Na madrugada de terça-feira, um grupo de mulheres chegou aos arredores da Plaza de la Dignidade, na capital chilena, Santiago, e protestou na esplanada em frente ao teatro da Universidade do Chile com a palavra de ordem "pela vida que nos devem".

Na Bolívia, coletivos feministas e de esquerda exigiram o fim da impunidade de feminicidas, agressores e estupradores.

Em Cuba, organizações, encabeçadas pela histórica Federação de Mulheres Cubanas, realizaram ações de conscientização sobre os direitos das mulheres, no contexto da consulta popular do novo Código da Família. Ao mesmo tempo, o coletivo Pañuelos Rojos, juntamente com o Centro Memorial Martin Luther King, realizou ações de rua para conscientizar sobre o avanço do patriarcado e do fundamentalismo religioso.

Data: **08/03/2022**

Título: **Mulheres são as mais impactadas pela desigualdade na América Latina**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/mulheres-sao-as-mais-impactadas-pelas-desigualdades-na-america-latina>

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, as lutas organizadas e cotidianas na América Latina refletem os desafios aprofundados pela pandemia de covid-19. Ainda como a região mais desigual do mundo, a América Latina foi impactada com um aumento de 81 a 86 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza entre 2020 e 2021, segundo a [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe \(Cepal\)](#).

O cenário aponta para uma piora significativa da condição de vida de mulheres e grupos historicamente vulnerabilizados, atravessados pelas problemáticas transversais de classe, gênero e raça. No caso das mulheres e diversidades sexuais, os dados revelam retrocessos de mais de uma década em termos de acesso ao trabalho remunerado, à sobrecarga na divisão sexual do trabalho e nos casos de violência.

Para entender em maior profundidade o contexto em que chegamos a este 8 de março na América Latina, o **Brasil de Fato** conversou com pesquisadoras especialistas em diferentes âmbitos na temática de gênero.

Redomesticação

Olhar para a desigualdade na América Latina é uma forma de compreender a região, segundo Nadya Guimarães, professora titular em Sociologia do Trabalho na Universidade de São Paulo (USP). “A desigualdade está na origem da constituição das nossas sociedades. Não sem razão, todas as estatísticas mostram índices constrangedoramente elevados de desigualdade na América Latina”, diz.

“A conjuntura recente é trágica, com recessão econômica associada à crise sanitária e política que, em vários países, ampliou de maneira notável os índices de desigualdade. O assunto volta à agenda pelo lado difícil, porque demonstra que demos passos para trás nesse quesito.”

O [Conselho Latino-americano em Ciências Sociais \(Clacso\)](#) trará a temática da desigualdade na região na conferência deste ano, que acontecerá entre os dias 7 e 10 de junho na Universidade Nacional Autônoma do México e será transmitida pelo YouTube. A questão de gênero será um dos 34 eixos abordados no evento, o mais importante das ciências sociais na região, e contará com importantes pesquisadoras no campo.

Nadya será uma das conferencistas e avalia os avanços nos estudos sobre gênero e trabalho, com o diálogo estabelecido entre diferentes linhas de estudo que, em algum ponto, se cruzam: o envelhecimento da população, a mudança nos padrões de famílias, a presença das mulheres no mercado de trabalho, o cuidado dos idosos, ainda majoritariamente a cargo das mulheres.

Estudos mostraram que, durante a primeira fase da pandemia, as mulheres sofreram maior sobrecarga em relação ao trabalho de cuidados. Por exemplo, na Argentina, 54% das mulheres relataram esse cenário. Na Colômbia, enquanto as mulheres dedicavam cerca de 7 horas ao trabalho não remunerado, com a pandemia passaram a dedicar uma hora mais. No Chile, as mulheres somaram duas horas diárias e, no Uruguai, uma hora e meia mais.

Ainda segundo a [Cepal](#), os países com maiores taxas de tempo das mulheres dedicadas ao trabalho não remunerado, majoritariamente em âmbito privado, são México, com 42,6 horas semanais, Argentina, com 42,4 horas, seguido de Chile, com 42,1 horas semanais.

Comorbidades sociais

Esse cenário remonta a outra aresta da desigualdade de gênero: o acesso à educação e a própria produção de conhecimento sobre os temas que envolvem as problemáticas de gênero – e que, assim, permitem entender o contexto social e exigir e elaborar soluções, como políticas públicas. A historiadora e doutora em educação Janja Araújo, do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (UFBA), une o ativismo nos movimentos sociais e institucionais, buscando uma permanência, com sucesso, dos jovens negros no âmbito acadêmico.

“Eu diria que o campo de estudos de gênero, hoje, se constitui com enorme pujança no sentido de apontar não apenas críticas à produção de um conhecimento pautado pelos ideais da modernidade, mas sobretudo no desmonte de um sujeito universal”, conta,

destacando que esse fator vem acompanhado de ações afirmativas, no caso do Brasil. “Também possibilitam algumas alterações na forma como o conhecimento é pensado hoje nesse campo.”

“Esses estudos apontam desafios, conquistas, mas acima de tudo, assimetrias intragênero. Um exemplo clássico, largamente denunciado, é a violência intrafamiliar que chega ao ápice do feminicídio. Há uma redução da violência entre as mulheres brancas e um aumento mais que duplicado entre as mulheres negras”, pontua. “Assim, vemos como questões como pobreza e racismo implicam na produção e na permanência de vidas, sobre permanentes comorbidades: são comorbidades sociais naturalizadas aos olhos da sociedade.”

Nesse sentido, a luta pelo direito ao aborto – uma [conquista recente da Colômbia](#) na região – representa um ponto de inflexão, que também consiste em uma problemática que afeta especialmente as mulheres pobres e racializadas.

Data: **10/03/2022**

Título: **Joenia Wapichana: “Tudo que Bolsonaro sonhou explorar em terras indígenas está no PL 191”**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/73591/joenia-wapichana-tudo-que-bolsonaro-sonhou-explorar-em-terras-indigenas-esta-no-pl-191>

Para a [deputada federal Joenia Wapichana \(Rede-RR\)](#), a mineração deve ser mantida longe das terras indígenas e propostas como o [Projeto de Lei 191/2020](#), de autoria do Executivo sob o governo Bolsonaro, nem deveriam estar em discussão. Em seu mandato de estreia, a primeira indígena eleita para o Congresso brasileiro descreve o dia a dia na Esplanada como de “luta e sofrimento”, mas garante que, mesmo em caso de derrota, os projetos que ameaçam o meio ambiente e os direitos das populações tradicionais “não passam sem uma boa resistência”.

A mais nova batalha de Joenia no plenário gira em torno do [PL 191/2020](#), que pleiteia regularizar a mineração e a geração de energia elétrica nas terras indígenas sem a garantia de que os habitantes dos territórios ancestrais tenham poder de decidir sobre o futuro de suas comunidades. Para a deputada e advogada, que apresentou um requerimento para a suspensão da tramitação do projeto, o PL “tem vícios formais desde o início” e mostra a fixação do presidente com o tema. “O grande sonho de Bolsonaro é ser um garimpeiro dentro de terra indígena, ele não esconde isso de ninguém”, afirma.

Com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o projeto foi lembrado por Jair Bolsonaro, com a desculpa de que podem faltar fertilizantes a base de potássio para o agronegócio brasileiro — [a maior parte das importações vem da Rússia](#). “Nossa segurança alimentar e agronegócio (Economia) exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância”, [tuitou o presidente no dia 2 de março](#).

Porém, levantamento do [Estadão](#) mostrou que a maior parte das minas de potássio no estado do Amazonas ficam fora das terras indígenas, ao contrário do que o presidente sugere. “Ele quer aproveitar essa oportunidade, quando está todo mundo prestando atenção na guerra e achando que vai faltar isso ou aquilo, para tentar justificar uma possível falta [de fertilizantes] e ter um ganchinho, pegar carona para passar o trator em cima de nossos direitos”, argumenta Joenia. Nesta quarta (09/03), o plenário da Câmara dos Deputados decidiu que o PL irá [tramitar em regime de urgência](#) e o presidente da Casa, Arthur Lira, anunciou a criação de um grupo de trabalho para debater o projeto de lei, que deve [ser votado em plenário até 14 de abril](#).

Se depender da parlamentar, que sonha ter ao seu lado na Câmara lideranças indígenas de todos os estados brasileiros, o Congresso nunca mais vai ficar sem representantes indígenas. Ela também ressalta a importância da próxima eleição para além do Executivo e da participação da sociedade nesse processo. “Acho que esse é o ano da coerência e do compromisso: não basta dizer que apoia os povos indígenas se você vota a favor de projeto que os massacra e tira seus direitos”, diz.

Joenia Wapichana foi escolhida para esta entrevista exclusiva pelos Aliados da Pública e, durante a conversa, respondeu a perguntas que eles enviaram anteriormente. Se você quer escolher quem a Pública vai entrevistar, seja nosso Aliado.

Data: **14/03/2022**

Título: **Vítimas de Curuguaty exigem do novo governo do Paraguai punição aos narcos**

Fonte pesquisada: <https://vermelho.org.br>

Link da notícia : <https://vermelho.org.br/2022/03/14/vitimas-de-curuquaty-exigem-do-governo-do-paraguai-punicao-aos-narcos/>

A Associação de Familiares e Vítimas de Marina Kue, em Curuguaty, está exigindo que o governo do Paraguai aja rapidamente e puna com rigor narcotraficantes que têm atuado com total desenvoltura no local ao longo do último período. O problema tem se agravado e chegou às páginas do principal jornal do país, o ABC Color, deste domingo (13), que assinalou como uma rede de narcotráfico vem usando “ao extremo” daqueles campos como “esconderijo”.

Diante dos fatos de violência e insegurança ocorridos, o Grupo de Amigos de Marina Kue, formado por lideranças de entidades populares, movimentos sociais e personalidades, lançou um documento denunciando que “o plano de desenvolvimento sustentável implementado para converter aquelas terras em Comunidade Modelo tem sido alvo destes criminosos”.

Desde o massacre de 15 de junho de 2012, alertam, os sucessivos governos vêm dando as costas aos seus moradores, que têm resistido com abnegação à política de abandono.

Naquela data emblemática, o assassinato orquestrado de 17 pessoas – 11 camponeses e seis policiais – executado por tropas de elite treinadas pelo exército dos Estados Unidos abriu caminho para o golpe jurídico-midiático-parlamentar contra o presidente Fernando Lugo. A partir de então a situação tem sido bastante dura para a coletividade rural, praticamente abandonada a quatro horas da capital, Assunção. Diante disso, o papel da solidariedade tem sido determinante.

Sem acesso ao conjunto das terras

Apesar de ter sido aprovado por deputados e senadores no final de 2020, o Projeto de Lei (PL) que transfere 1.748 hectares de Marina Kue ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) foi vetado pelo presidente Mario Abdo Benítez, parceiro de Jair Bolsonaro e dos latifundiários estrangeiros que infestam o Paraguai. O PL possibilita que as cerca de 160 famílias de camponeses que reivindicam as terras que foram cenário da carnificina sejam beneficiadas com a reforma agrária, tendo acesso a serviços básicos. Mesmo após se referir à aprovação do reconhecimento de Marina Kue como uma “medida de justiça”, logo depois Mario Abdo voltou atrás e vetou a redistribuição.

Enquanto isso, o rico solo paraguaio, que produz alimentos para mais de 70 milhões de pessoas, tem parcela expressiva de seus 7,3 milhões de habitantes passando fome.

Outra parte paga preços cada vez mais exorbitantes – turbinados pela pandemia – por produtos que servem tão somente para enriquecer e engordar uma minúscula casta local e estrangeira.

“O que se está buscando é uma convivência harmônica com a natureza e entre seus habitantes”, esclarece o Grupo de Amigos, ressaltando que “são várias as experiências exitosas para a comunidade. “Conquistamos a escola comunitária, a casa Pastoral comunitária Betania, hortas orgânicas, o Memorial e agora a construção de uma quadra de esportes. A tudo isso se somou recentemente a inauguração da biblioteca Arandu Rape, também comunitária. O prédio conta com energia gerada por painéis solares e, em alguns casos, com geradores manejados de forma sustentável”, acrescentam.

Um dos principais incentivadores da ação coletiva, o monsenhor Mario Melanio Medina faz questão de exaltar “o ânimo e a coragem dos que não se dobram na luta pela vida e buscam dar à felicidade a dimensão da eternidade”. O resultado, comemora, se vê na fartura e na qualidade de produtos como abóbora, alface, banana, cebola, cebolinha, mamão, melancia, milho, pimentão e salsinha. Daí, a responsabilidade de todos e de cada um com este grande projeto, avalia.

Entre outros nomes de referência na sociedade integram o Grupo a irmã Raquel Peralta, presidente da Conferência de Religiosos do Paraguai (Conferpar); Oliver Narvaes, advogado do Comitê de Igrejas; o cantautor Ricardo Flecha Hermosa e o líder opositor Ricardo Canese.

Data: **14/03/2022**

Título: **Em meio à guerra, comandante do Exército Brasileiro faz viagem urgente aos EUA**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/14/em-meio-a-guerra-comandante-do-exercito-brasileiro-faz-viagem-urgente-aos-eua>

[Em meio à guerra entre Rússia e Ucrânia](https://www.brasildefato.com.br/2022/03/14/em-meio-a-guerra-comandante-do-exercito-brasileiro-faz-viagem-urgente-aos-eua) na Europa, o comandante do Exército Brasileiro, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, inicia nesta terça-feira (15) uma viagem de seis dias a Washington, na capital dos Estados Unidos.

No Portal da Transparência, o detalhamento da viagem mostra que o chefe do Exército vai encontrar seu correspondente estadunidense. O registro não descreve se o encontro será com o secretário de Defesa, Lloyd Austin, ou com o chefe do Estado-Maior, o general [Mark Milley](#).

As informações disponíveis no site do governo federal apontam mostram que a viagem é caracterizada como “urgente”. Na justificativa para a emissão da passagem fora do prazo indicado, o Exército justifica que houve demora em um ajuste do seguro-viagem necessário para o deslocamento.

Não há informações que demonstrem que a viagem de Oliveira é motivada por reuniões técnicas ou de rotina para planejamento de exercícios conjuntos, por exemplo. A reportagem consultou os sites do Exército do Brasil e dos Estados Unidos e nenhum deles notícia a visita dos militares brasileiros.

O general irá aos Estados Unidos acompanhado do adjunto do comando do Exército, o segundo-tenente Edi Carlos Bernardino. Oliveira vai fazer a viagem em classe executiva, enquanto o subordinado irá de classe econômica, conforme determina o Decreto 10.934/2022.

O valor da viagem do chefe do Exército do Brasil é de R\$ 11.008,03. A viagem do assessor do comandante da Força terá custo de R\$ 5.667,16 aos cofres públicos. A soma é de aproximadamente R\$ 16,7 mil.

Histórico de viagens

O Comando Militar do Sul dos Estados Unidos, responsável por planejar atividades militares do país nas américas Central e do Sul, mantém visitas regulares ao território brasileiro. O chefe da unidade dos EUA, almirante [Craig Faller](#), esteve no Brasil em 2019 e em 2021, em encontro com autoridades diplomáticas e militares.

Acordos de cooperação e visitas diplomáticas também motivaram viagens oficiais de militares brasileiros durante o governo Bolsonaro. Em setembro de 2021, o Comandante Militar do Oeste, general do Exército Fernando José Sant'ana Soares e Silva, viajou para a Bolívia, onde se encontrou com uma comitiva composta pelo comandante das Forças Armadas bolivianas. Entre os assuntos, ações conjuntas a serem desenvolvidas nas fronteiras dos países.

Em julho do mesmo ano, o mesmo Comando Militar do Oeste já havia realizado uma viagem de diplomacia militar ao Paraguai, onde visitou autoridades militares e participou da cerimônia de comemoração do aniversário do Exército Paraguai.

Em julho 2019, o então comandante do Exército, general de Exército [Edson Leal Pujol](#), foi recebido no Japão por membros do alto escalão militar japonês. Visitou também uma escola militar mantida pelas Forças Armadas do país.

Data: **17/03/2022**

Título: **Protestos em todo Brasil pedem que que STF prorrogue medidas que proíbe despejos; veja como foi.**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/17/protestos-em-todo-o-brasil-pedem-que-stf-prorrogue-medida-que-proibe-despejos-veja-como-foi>

Movimentos populares foram às ruas em todo o Brasil, nesta quinta-feira (17), para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a estender a vigência da decisão do órgão de suspender remoções forçadas durante a pandemia de covid-19. A [medida foi votada pelo STF em dezembro de 2021](#) e é válida até 31 de março, ou seja, daqui a duas semanas.

Os atos foram convocados pela [Campanha Despejo Zero](#), entre outros movimentos, e tem como lema “Prorroga STF”. Segundo as entidades, a medida tem evitado que cerca de meio milhão de pessoas sejam despejadas.

Os protestos ocorreram em ao menos 21 cidades. Entre as capitais, estão São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Salvador (BA), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Belém (PA), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR).

De acordo com a Campanha Despejo Zero, São Paulo é o estado com o maior número de famílias sob o risco iminente de despejo, totalizando 42.499 famílias.

Data: **15/03/2022**

Título: **“Quem mandou matar Marielle achou que ninguém se importar”**

Fonte pesquisada: <https://www.alainet.org>

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/215117>

No dia da posse como parlamentar, a deputada estadual Dani Monteiro — mulher mais jovem a ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na época com 27 anos — [teve o vidro do seu carro pichado com ameaças no estacionamento da casa](#). Até hoje, ela não sabe quem tentou intimidá-la, mas tem clareza dos motivos da agressão: “a gente chega para ocupar um espaço na Alerj que historicamente nunca foi nosso. E a gente ainda chega no parlamento com a perspectiva de ser herdeira de Marielle, de [ser semente](#)”, conta Dani, que atuou como assessora parlamentar da ex-vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março 2018 junto ao seu motorista Anderson do Carmo, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Hoje, Dani é presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDH), onde, além de cobrar celeridade no inquérito que investiga o assassinato de Marielle e Anderson, também acompanha dezenas de outros casos de violação de direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro. “O Brasil é um país de muita diversidade e essa diversidade entra em choque constantemente. Deve ser difícil pensar países no mundo que têm uma estruturação tão forte da rede de movimentos de defensores e defensoras de direitos humanos e, ao mesmo tempo, violam tantos direitos humanos”, conta.

Para Dani, uma questão que merece destaque são as constantes denúncias que a CDH recebe relacionadas à atuação de grupos milicianos no estado. “A milícia no Rio de Janeiro é muito maior e muito mais forte do que a gente pensa. O deputado Marcelo Freixo, quando presidia a comissão, foi responsável por construir a CPI das milícias e a dizer: ‘milícia é máfia, não é segurança de bairro’. Agora a gente precisa avançar nessa perspectiva que a milícia não é só a máfia que tomou os territórios, mas é a própria forma, o modus operandi de como funcionam as relações constituídas na nossa sociedade”, relata.

Em entrevista à Agência Pública, além de falar da atuação da milícia, a parlamentar conta como conheceu Marielle Franco e sobre a relação com a ex-vereadora. Dani também comenta a participação feminina na política e da sua militância como mulher, jovem, negra e favelada.

Dani, no seu primeiro dia na Alerj, o vidro do seu carro foi pichado com ameaças. Desde então, você sofreu mais alguma intimidação? Ou se sentiu ameaçada em algum momento? Na época, você registrou a ocorrência. Conseguiram identificar quem foi o autor?

Chegamos para ocupar um espaço na Alerj que historicamente nunca foi nosso. Eu falo nosso, de toda uma fatia da sociedade com componentes de fenótipos de ancestralidade, de cultura e história similares à minha. O Brasil de verdade não ocupa um espaço na política. Se não bastasse toda a carga histórica de todos esses séculos e de ocupação indevida desse espaço, a gente ainda chega no parlamento com a perspectiva de ser herdeira de Marielle, de ser semente. Eu mesma trabalhei no mandato da Mari — fui assessora dela. Existia todo um apelo de transformar o luto de um assassinato brutal, em luta. Foi nessa garra da firmeza no hoje, mas também carregado de todas as lutas do ontem, que a gente ocupa esse espaço. Então, eu imagino que incomode.

Não temos certeza se aquele episódio era alguma ameaça direta frente a esses símbolos e bandeiras que a gente traz para a Alerj ou se vinha da perspectiva do ódio, e, com certa razão, que a população tem da classe política. Quem poderia nos dizer isso, seria a Polícia Civil, porque não nos cabe investigar. Nos cabe relatar um episódio que aconteceu e que certamente, frente à conjuntura do que a gente estava assumindo naquele momento, fazia todo sentido. Até hoje a gente não sabe quem matou Marielle. quem deveria me dizer de fato é a polícia, e pouco andou.

Daquele episódio em diante, entramos em diálogo com a Casa, com a mesa diretora e com a segurança interna da Casa e tentamos melhorar alguns processos para que, em episódios como esse, a gente tivesse mais elementos para ter mais conclusões. A partir dali adotamos o carro blindado e reforçamos os processos de segurança na agenda. De lá pra cá, outros episódios aconteceram. Não aqui no espaço físico da Alerj, mas na ocupação dos territórios. É onde você tem a certeza de que a democracia não está efetivada. Principalmente nas áreas mais vulnerabilizadas.

Por exemplo, ao visitar uma favela de Petrópolis, já fomos intimidados com aquele controle territorial paramilitar, já tivemos o nosso carro acompanhado na estrada. A gente visita diversos municípios e na ida de um para o outro essa intimidação aconteceu. Alguns territórios têm dono, infelizmente, a ideia do voto de cabresto só acabou nos livros de história da escola. Na realidade, ele ainda existe, inclusive nos centros urbanos.

Data: **17/03/2022**

Título: **Sem controle, plataformas digitais amplificam discursos de extrema direita**

Fonte pesquisada: <https://www.alainet.org>

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/215143>

Em entrevista à Fundação Heinrich Böll, o sociólogo Sérgio Amadeu, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, doutor em Ciência Política e professor da Universidade Federal do ABC, fala sobre os possíveis rumos das plataformas digitais e das redes sociais neste ano eleitoral. O também criador, editor e apresentador do *podcast Tecnopolítica* vai além e discorre sobre a dualidade e as implicações do uso de Inteligência Artificial e as previsões sobre o Metaverso e a realidade virtual, e seus impactos atuais e futuros sobre o cotidiano real.

Nos últimos anos, as discussões em espaços digitais tomaram proporções tanto gigantescas como graves, ocasionando até mesmo manifestações em massa no mundo real, como as de julho de 2013 no Brasil. Assim, essas manifestações foram amplamente acordadas em espaços como Facebook e acabariam por ser o ovo da serpente no surgimento da extrema direita no Brasil. Como consequência, o processo culminou no impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016. E além disso, na eleição de Jair Bolsonaro dois anos depois.

Junto a isso, cresceu a disseminação de teorias conspiratórias internet afora, no qual as chamadas *big techs* controlam como e quando o fluxo de informações chega aos usuários. Contudo, esse controle serve muitas vezes como Fonte pesquisada de desinformação em massa.

“A extrema direita mundial decidiu romper com a democracia e com o debate racional baseado em fatos. Por isso, a desinformação é uma estratégia global do novo fascismo. Assim, atacam a ciência e as universidades, como temos visto atualmente no enfrentamento da pandemia”, explica Amadeu.

É nesse contexto que redes sociais como WhatsApp e YouTube tiveram papel fundamental na disseminação de ideais ultraconservadoras e fundamentalistas. De lá para cá, é possível ver uma piora no cenário. Por exemplo, com a pandemia, o negacionismo e as teorias conspiratórias causam estragos severos por todo o mundo. “As plataformas são gerenciadas por sistemas algorítmicos que são inteiramente opacos. Não podemos dar mais poder às plataformas. Elas se colocam como espaços

de debate público, por isso, devem seguir os princípios democráticos e não autocráticos”, avalia o sociólogo.

Por fim, ele avalia que situação é grave, mas que é preciso que a sociedade civil esteja a par destas ações e participar ativamente destes debates, garantindo, no mínimo, uma participação e que outros atores sejam ouvidos.

Data: **18/03/2022**

Título: **Senado Argentino aprova acordo de renegociação da dívida com o FMI**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/73701/senado-argentino-aprova-acordo-de-renegociacao-da-divida-com-fmi>

O Senado da Argentina aprovou na última quinta-feira (17/03) o acordo feito pelo governo do presidente Alberto Fernández com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para reestruturar o pagamento da dívida de US\$45 bilhões (cerca de R\$238 bilhões), contraída durante o governo de Mauricio Macri em 2018.

Após várias horas de sessão, o Senado aprovou o projeto de lei, que inclui o acordo, com 56 votos a favor, 13 contra e três abstenções. Os votos negativos foram de parlamentares da Frente de Todos (FdT), coalizão do presidente argentino

.

A aprovação deste regulamento ocorre após um longo processo de negociação entre o Executivo argentino e a entidade financeira, uma vez que o país não está em condições de pagar o empréstimo em tempo hábil, diante de uma grave crise econômica.

O ministro da Economia, Martín Guzmán, afirmou que este resultado é um passo firme no desenvolvimento da economia do país.

"Nunca antes um acordo com o FMI teve um apoio social e político em tal escala. Pela primeira vez na história, um projeto passou pelo Congresso e atingiu um nível de apoio de 80%. Os sindicatos, o setor privado, as universidades, os movimentos sociais e a sociedade civil também apoiaram", disse Guzmán.

Dentro do partido governista, historicamente crítico em relação ao FMI, as tensões parlamentares têm sido elevadas, pois se opõem ao fechamento do acordo, considerando que a renegociação levará a ajustes econômicos.

Por conta de tal posição, a bancada do partido governista dividiu votos a favor ou contra, como foi confirmado na sessão, que não contou com a presença da chefe do Senado e da vice-presidente do país, Cristina Kirchner, que lidera o setor kirchnerista do governo, o mais crítico ao [FMI](#).

Data: **19/03/2022**

Título: **Brasil recebeu 894 ucranianos desde o início da guerra, diz PF**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia /2022/03/19/brasil-recebeu-894-ucranianos-desde-o-inicio-da-guerra-diz-pf.ghtml>

O Brasil recebeu 894 ucranianos desde o início da guerra entre Rússia e [Ucrânia](#), no dia 24 de fevereiro, informou a Polícia Federal ao g1 neste sábado (19). O número se refere à chegada de cidadãos da [Ucrânia](#) até esta quinta-feira (17).

Além disso, segundo a PF, houve 28 pedidos de visto para permanência do país no período. O número é bem menor porque, pelas regras em vigor atualmente, cidadãos da Ucrânia podem passar até 90 dias no Brasil sem a necessidade de um visto.

Uma portaria [publicada pelo governo federal no último dia 3](#) autorizou a [concessão de visto humanitário a cidadãos ucranianos](#) em busca de refúgio – algo que também já é oferecido a haitianos, sírios e afegãos, por exemplo.

O visto humanitário tem validade de até 180 dias. Depois desse período, os imigrantes ucranianos terão direito a residência temporária de dois anos e poderão reivindicar residência permanente.

De acordo com a portaria, o visto temporário para acolhida humanitária terá validade de 180 dias e poderá ser concedido aos ucranianos e aos apátridas afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na [Ucrânia](#). O imigrante apátrida precisa iniciar o processo de reconhecimento da condição de apátrida junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em até 90 dias após ingresso em território nacional.

Crise de refugiados

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de três milhões de pessoas fugiram da [Ucrânia](#) desde que a guerra começou. Do total de refugiados, quase metade são crianças.

Além de quem fugiu para fora do país, a ONU identificou também que outros dois milhões de pessoas se deslocaram dentro da [Ucrânia](#) para tentar se proteger de bombardeios em cidades menos atacadas.

Já entre os que cruzaram as fronteiras do país, o principal destino é a Polônia, que registra cerca de 60% do fluxo total, seguida de países vizinhos como Romênia e Eslováquia.

Data: **20/03/2022**

Título: **Conselho do FMI se reunirá na sexta para discutir acordo sobre dívida da Argentina**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/conselho-do-fmi-se-reunira-na-sexta-para-discutir-acordo-sobre-divida-da-argentina/>

O conselho administrativo do Fundo Monetário Internacional se reunirá na próxima sexta-feira para discutir o pedido da Argentina de um acordo de sua dívida, anunciou neste sábado 19 o porta-voz da instituição.

O Senado argentino aprovou em definitivo na quinta-feira o acordo entre Buenos Aires e o FMI sobre o refinanciamento da dívida de 45 bilhões de dólares com o Fundo. O acordo ainda precisa ser assinado pela junta de governadores do FMI.

“A aprovação legislativa é um sinal importante de que a Argentina está comprometida com políticas que promovam um crescimento mais sustentável e inclusivo”, afirmou o porta-voz do FMI, Gerry Rice, em comunicado.

Mas ele também enfatizou que é necessário “levar em conta o ambiente global em constante mudança, incluindo a guerra na Ucrânia. Portanto, o conselho que administra o FMI se reunirá “para discutir a solicitação da Argentina de um programa apoiado pelo FMI na sexta-feira, 25 de março”, acrescentou

Além disso, indicou que as autoridades argentinas “informaram ao FMI que combinarão as obrigações de reembolso com vencimento em 21 e 22 de março em uma única amortização antes de 31 de março de 2022, por um valor total equivalente a cerca de 2 bilhões de direitos especiais de giro

O porta-voz destacou que a Argentina ficará assim “em dia com os seus pagamentos ao FMI e, portanto, não incorrerá em atraso”. A Argentina e o FMI chegaram a um acordo em 3 de março sobre um programa de refinanciamento da dívida de quase 45 bilhões de dólares, herança de um empréstimo recorde obtido em 2018 pelo governo anterior, do liberal Mauricio Macri.

Data: **21/03/2022**

Título: **Racismo no transporte já foi presenciado por 72% dos brasileiros**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/21/racismo-no-transporte-ja-foi-presenciado-por-72-dos-brasileiros>

Pesquisa do Instituto Locomotiva mostra que 72% das pessoas dizem já ter presenciado situação de racismo em seu transporte do dia a dia e 39% foram vítimas do crime, ou seja, uma em cada três pessoas negras já sofreu preconceito em seus deslocamentos. Entre trabalhadores negros que atuam no setor, esse número é ainda maior: 65% dos entrevistados já enfrentaram alguma situação de racismo durante o expediente. O estudo ouviu 1.200 pessoas e mais de mil profissionais do setor de transporte.

Quando questionados sobre situações de preconceito vividas, a população negra relatou ter sido menosprezada (24%), abordada de maneira desrespeitosa (17%), sofrido agressões verbais e ter sido alvo de expressões racistas (14%).

“Entre profissionais negros do transporte que enfrentaram situações de preconceito, embora as agressões verbais (47%) e o menosprezo (46%) tenham sido mais frequentes, eles foram três vezes mais alvo de expressões racistas e sofreram três vezes mais ameaça do que a população negra vítima de preconceito racial em geral”, diz o levantamento.

A pesquisa, divulgada nesta segunda-feira (21) no Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, foi encomendada pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) com o apoio da Uber, em parceria com o Instituto Identidade Brasil (ID_BR).

"Muito embora algumas pessoas possam ter a leitura de que ações como ‘ser menosprezada’ sejam atos imperceptíveis ou menos importantes, as microagressões são frequentes no cotidiano da população negra e afetam psicologicamente quem vive

essa relação todos os dias. Por outro lado, imaginar que, ainda hoje, uma em cada quatro pessoas já sofreu violência física em consequência do racismo nos transportes públicos só reforça a noção de que a adoção de ações de combate ao racismo se fazem cada vez mais urgentes e necessárias." afirmou, em nota, a especialista em Diversidade e Inclusão do ID_BR, Roberta Calixto.

O estudo mostra ainda que 71% das pessoas negras que trabalham no trânsito sentem medo de sofrer racismo ou preconceito por sua cor. Entre a população negra em geral, esse número cai para 41%, o que mostra que quem está na rua por mais tempo sente mais medo de sofrer esse tipo de discriminação.

Os números também revelam que motoristas de ônibus e cobradores são os profissionais que mais observam casos de racismo no seu trabalho (75%), seguidos de motoristas de aplicativo (73%) e taxistas (65%).

Segundo a pesquisa, o número de casos acaba causando impacto no comportamento das pessoas negras ao planejar seu deslocamento: 29% dos negros declararam que já mudaram a forma de se locomover pela cidade devido a situações de preconceito ou discriminação. Entre mulheres negras, o número chega a 31%. As mulheres negras também são as que mais se sentem vulneráveis nos deslocamentos: 72% delas temem sofrer algum tipo de assédio sexual, 64% agressão física e 47% sofrer algum tipo de racismo.

Data: **22/03/2022**

Título: **Artigo – Argentina: Cristina Kirchner romperá com Alberto Fernández por acordo com FMI**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/22/artigo-argentina-cristina-kirchner-rompera-com-alberto-fernandez-por-acordo-com-fmi>

Após dois anos do governo de Alberto Fernández, a Argentina não conseguiu resolver o problema da inflação (53% ao ano), carrega uma dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contraída por Mauricio Macri, e tem uma situação política bem instável, o que afeta a Frente de Todos, a coalizão governista.

Máximo Kirchner, filho de Cristina Kirchner e do falecido Néstor Kirchner, ambos já ocupantes da presidência, [se demitiu da chefia da bancada governista](#) após Alberto enviar ao Congresso o acordo com o FMI para aprovação. No dia da votação, manifestantes [atacaram com pedras o escritório de Cristina](#), hoje a atual vice-presidenta do Senado.

Lideranças políticas criticaram o fato de o governo não repudiar o ataque imediatamente. A porta-voz do presidente disse que Alberto enviou mensagem para a vice-presidenta, mas que ela não respondeu.

Cristina romperá a aliança política que ela mesma criou?

“Na política, o mais estúpido que existe é aquele que quer escolher só o que gosta. A política é o meio, o fim é chegar ao governo, todo esse meio é um processo quantitativo, já que, na quantidade, o voto do bom, do mau, do rico, do pobre, do sábio, do ignorante na urna vale um. O que tem que fazer é encher as urnas, logicamente tem que pegar voto de todo mundo, do bom, do mau, do rico, do pobre e do ignorante. Aquele que só quer levar os bons, chega com pouquíssimos e com pouquíssimos na política nada se faz”, disse Perón em uma entrevista de 1972 na Espanha, após 17 anos de exílio. O tempo passou, mas essa lógica continua presente no movimento e foi o que possibilitou tirar Macri do governo.

Em 2019, Cristina surpreendeu a todos quando anunciou que não seria candidata à presidência, e que tinha escolhido Alberto como cabeça da chapa. Ela seria candidata a vice-presidenta. Isso tendo ela a maior intenção de votos da oposição à Macri e a maior liderança popular nacional. As pesquisas, no entanto, mostravam que os votos não seriam suficientes para vencer. Já Alberto tinha sido Chefe de Gabinete de Ministros de Néstor Kirchner, e também de Cristina até o momento em que ela confrontou os ruralistas em 2008. A então presidenta perdeu a votação que aumentaria os impostos da soja no Congresso, e Alberto sai do governo. Quem assume seu lugar na época é Sergio Massa.

Após a briga com os ruralistas, a Argentina ficou dividida. Nas eleições para deputado de 2009, Néstor Kirchner foi candidato, mas perdeu para Francisco de Narváez, um colombiano naturalizado argentino, dono de supermercado, que teve todo o apoio da mídia.

O kirchnerismo radicalizou a política argentina, e nem todos os dirigentes peronistas acompanharam esse processo. Uma semana após a derrota de Néstor para deputado,

em 2009, Massa foi demitido. Em 2011, ele foi eleito prefeito de Tigre, ainda como membro do kirchenrismo. Mas, em 2013, ele cria uma aliança peronista não-kirchnerista, a Frente Renovadora, com a qual ganha as eleições para deputado, vencendo o kirchnerismo. Em 2015, Massa acreditava na terceira via e se lança candidato a presidente. Teve 21% dos votos. Daniel Scioli, o candidato kirchnerista, teve 37%. Quem venceu foi Macri, com 51,4% dos votos no segundo turno. Massa não chamou votos para Scioli.

Data: **23/03/2022**

Título: **Estudo aponta 94 declarações racistas de autoridades públicas em 3 anos**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/23/estudo-aponta-94-declaracoes-racistas-de-autoridades-publicas-em-tres-anos>

Levantamento realizado pelas organizações Terra de Direitos e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), divulgado nesta terça-feira (22), aponta que desde 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro (PL), até 31 de dezembro de 2021, 94 discursos racistas foram proferidos por autoridades públicas no Brasil.

O estudo "[Quilombolas contra Racistas](#)" mostra que em 2019 foram registrados 16 pronunciamentos racistas de autoridades públicas de diversas esferas, no âmbito municipal, estadual e nacional, com esse número quase triplicando em 2020 e chegando a 42 casos. Já em 2021 foram 36, somando 94 em todo o período analisado.

Entre os episódios, 41% reforçavam estereótipos racistas, enquanto 25% negavam a existência de racismo no país. Titulares de cargos de direção e assessoramento do governo federal responderam por 33% dos casos, com 19 ocorrências proferidas pelo atual presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo. De acordo com o levantamento, 96% dos discursos foram proferidos por homens.

“Para nós, quilombolas e população negra, é muito frequente ouvir termos pejorativos de autoridades que nos insultam e falam palavras horríveis. Escutamos de várias autoridades, desde juízes, promotores a presidente, governadores e prefeitos: pessoas que são formadoras de opinião pública e que deveriam cuidar dos direitos e das pessoas”, aponta no documento a coordenadora executiva da [Conaq](#) Celia Cristina Pinto. “Isso causa índices de violência contra pessoas negras e quilombolas.”

A naturalização do racismo

Segundo o levantamento, as eleições de 2018 constituem um período relevante para analisar o posterior aumento das declarações racistas e discriminatórias de autoridades públicas no Brasil, destacando-se o discurso do então deputado federal Jair Bolsonaro no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em abril de 2017. Na ocasião, ele disse que quilombolas de Eldorado Paulista não “fazem nada” e “nem pra procriador eles servem mais”.

O Ministério Público levou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) apontando crime de racismo, mas a Corte arquivou a denúncia. “O discurso racista impune do então deputado federal Jair Bolsonaro é um marco simbólico de uma era em que os discursos racistas ganham visibilidade, reproduzem-se no alto escalão de cargos públicos e passam incólumes. Sem a responsabilização dos autores, cria-se um ambiente de naturalização do racismo e da utilização de interpretações frouxas do direito de liberdade de expressão para autorizar o discurso de ódio racial de pessoas que ocupam altos cargos públicos”, pontua o relatório.

Data: **24/03/2022**

Título: **Paraguai – Alguns postos já “penduraram” mangueiras em protesto**

Fonte pesquisada: <https://www.ultimahora.com>

Link da notícia: <https://www.ultimahora.com/algunas-estaciones-servicio-ya-colgaron-mangueras-protesta-n2993013.html>

A "mangueira" foi anunciada na noite de quarta-feira pela Associação dos Proprietários de Postos de Atendimento e Afins (Apepa), que alertou que a partir de hoje seus associados reduzirão o horário de seus serviços e só atenderão normalmente das 06:00 às 14:00 por tempo indeterminado.

Os emblemas que já deixaram de fornecer combustível em alguns de seus postos são Copetrol e Shell, informou o Monumental. Outras estações funcionam normalmente. Neste momento, a Câmara dos Deputados tramita o projeto de lei, aprovado pelo Senado nesta quarta-feira, que contempla subsídio no preço dos combustíveis Petropar e exclui todo o setor privado.

Data: **23/03/2022**

Título: **Paraguai: Emblemas privados anunciam medida de força antes antes de subsidio à Petrobrar**

Fonte pesquisada: <https://www.ultimahora.com>

Link da notícia: <https://www.ultimahora.com/emblemas-privados-anuncian-medida-fuerza-subsidio-petropar-n2992942.html>

Após a aprovação do projeto de subvenção da Petropar pelo Senado, a Associação dos Proprietários de Postos de Serviço e Afins (Apesa) divulgou nesta quarta-feira nota em que anuncia que a partir de quinta-feira, 24 de março, reduzirá o horário de seus serviços e que os emblemas particulares só atenderão normalmente das 06:00 às 14:00 por tempo indeterminado.

Posteriormente, a partir das 14h00 vão reduzir as atenções nas sedes que estão dobradas à medida e no comunicado indicam que as insígnias privadas vão fazer “cortes de carga de trabalho” dos seus operadores. Tudo foi arranjado como uma medida de força na reivindicação de maior equidade.

Em contato com a Última Hora, o chefe da Apesa, Miguel Corrales, destacou que levando em conta que os postos atendem três turnos de oito horas — das 06h00 às 14h00, das 14h00 às 22h00 e das 10h00 Das 06h00 às 06h00 – somente pela manhã funcionará normalmente.

Nesse sentido, explicou que alguns vão encerrar após o primeiro turno, outros no seguinte ou que alguns vão servir com menos funcionários. O empresário disse que alguns emblemas vão até demitir funcionários, porque "estão trabalhando com prejuízo" e porque "a Petropar está fazendo concorrência desleal".

No comunicado, o sindicato repudia o contrabando e os negócios ilícitos no Paraguai e aponta que há uma “absoluta falta de uma estratégia para acompanhar a crise microeconômica com transparência, seriedade e agilidade por parte do governo” que atinge toda a população.

"Os empresários continuam a enfrentar duras variáveis, como inflação, seca, contrabando, corrupção em todos os níveis, os efeitos da pandemia, a guerra entre Rússia e Ucrânia que afetam todo o comércio internacional, que devemos enfrentar com as ferramentas que temos e eles se tornam insuficientes ao longo do tempo, de continuar esperando que a lei seja aplicada de forma imparcial com aqueles que a violam", disseram no comunicado.

Além disso, exigiram que o Governo se concentre no desenvolvimento de políticas públicas "claras" e que as instituições do Estado funcionem de forma mais eficaz para todos os cidadãos.

Data: **23/03/2022**

Título: **Paraguai – Covid – 19: Saúde Pública registra 110 infecções e 3 mortes**

Data: **23/03/2022**

Fonte pesquisada: <https://www.ultimahora.com>

Link da notícia: <https://www.ultimahora.com/covid-19-salud-publica-reporta-110-contagios-y-3-muertes-n2992853.html>

O Ministério da Saúde Pública informou esta quarta-feira no seu boletim epidemiológico 110 novos casos positivos de **Covid-19**, que foram positivos das 1.829 amostras que foram analisadas nas últimas 24 horas. Com eles, o número de pessoas que contraíram a doença no país chega a 647.538.

Em relação às mortes, a Saúde indicou que houve 3 pessoas que perderam a vida, sendo 2 mulheres e um homem, procedentes de Assunção, Caaguazú e Itapúa.

Dos falecidos, um tinha entre 20 e 39 anos e não havia sido vacinado contra o coronavírus, enquanto as outras duas pessoas tinham mais de 60 anos. Uma delas tinha dose incompleta da vacina e a outra não estava vacinada.

O número total de mortes por Covid-19 no Paraguai chega assim a 18.606.

Atualmente, existem 166 pacientes internados com sintomas da doença, dos quais 48 estão em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Desses casos graves, 15 não estão vacinados, 11 estão com dose incompleta, 15 com esquema vacinal completo, enquanto 7 estão fora da faixa etária para vacinação.

Em contraste, 289 pessoas se recuperaram do Covid-19, elevando o número total de pacientes que derrotaram o coronavírus agora para 623.705.

Com o início das aulas presenciais e a nova temporada, os casos de gripe registaram um aumento sustentado nos últimos dias, ao contrário da Covid-19, que está em constante declínio, segundo o infectologista pediátrico Tomás Mateo Balmelli através do Telefuture.

No entanto, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) observou na segunda-feira que as infecções do novo coronavírus aumentaram 28,9% na semana passada na região do Pacífico Ocidental, que inclui a China; 12,3% na África; e quase 2% na Europa em relação à semana anterior.

A OPAS assegurou que o aumento de casos é um "aviso" para as Américas, de que o vírus não está sob controle, apesar da diminuição das infecções na região.

Data: **23/03/2022**

Título: **Paraguai: Senado aprova fundo de subsidio para Petropar**

Data: **23/03/2022**

Fonte pesquisada: <https://www.ultimahora.com>

Link da notícia: <https://www.ultimahora.com/senado-aprueba-fondo-subsidio-petropar-n2992861.html>

A [Câmara dos Senadores](#) aprovou com 36 votos nesta quarta-feira o projeto de lei que implementa medidas que subsidiam o preço do diesel tipo III e da nafta 93 octanas para a Petróleos Paraguaio ([Petropar](#)), por meio de sua rede de postos autorizados. O projeto deve ser discutido nesta quinta-feira pela Câmara dos Deputados, às 13h.

O documento estabelece medidas de racionalização de gastos públicos e outras voltadas à eficiência dos processos de compras públicas para o fornecimento de [combustíveis](#) derivados do petróleo. Os regulamentos continuam em estudo particular de seus artigos.

O projeto indica que os preços preferenciais para cada tipo de combustível priorizado serão determinados tomando-se a estrutura de custos da Petropar e as oscilações dos preços internacionais, de acordo com o estabelecido na regulamentação desta Lei.

Em nenhuma hipótese a diferença entre o preço determinado pela estrutura de custos da Petropar e o preço preferencial poderá ultrapassar 30%.

A regulamentação permite que o Ministério da Fazenda estabeleça mecanismos orçamentários e financeiros para a compensação e/ou reposição gradual dos recursos financeiros da Petropar que foram afetados pela aplicação da referida medida.

Data: **24/03/2022**

Título: **Paraguai: Senadores buscam votos para revogar lei de invasão**

Fonte pesquisada: <https://www.ultimahora.com>

Link da notícia: <https://www.ultimahora.com/senadores-buscan-votos-derogar-la-ley-invasiones-n2992987.html>

Após a reunião, o senador [Hugo Richer](#), da Frente Guasu, assegurou que serão buscadas votações para revogar a chamada Lei Zavala-Riera, que aumenta as penas para ocupações de imóveis.

“Estamos trabalhando nisso e estaríamos perto de endossá-lo com votos suficientes. Não seria em mesas, seria durante um extraordinário. Vamos ver se podemos pedir um extraordinário durante a sessão. Estamos perto de mudar os votos”, disse.

No mesmo sentido, o presidente do Congresso, Óscar Salomón, disse que ainda falta definir a posição que será assumida antes do pedido de revogação. O senador governista reconheceu que os parlamentares "sentem a pressão" das mobilizações e procurarão dar uma resposta o mais rápido possível. O Senado está em sessão e a [lei de invasão](#) não está em pauta, então uma das alternativas seria a extraordinária.

Com bandeiras e cartazes, os camponeses agrupados na Federação Nacional Camponesa (FNC) iniciaram sua tradicional marcha pelas ruas de Assunção reiterando suas demandas históricas.

As organizações pedem que os despejos sejam interrompidos por um ano e, nesse período, buscam formas de regularizar os assentamentos camponeses, indígenas e urbanos.

Pedem a libertação dos dirigentes processados no âmbito da luta pela terra e que não se realizem mais perseguições desta natureza.

Eles também exigem a cessação dos despejos que ocorrem em todo o país e agora, após sua promulgação, solicitam a revogação da Lei de Invasões, que modifica o artigo 142 do Código Penal paraguaio.

Data: **26/03/2022**

Título: **FMI aprova renegociação de dívida da Argentina em meio a inflação e racha governista**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/26/e26-fmi-aprova-renegociacao-de-divida-da-argentina-em-meio-a-inflacao-e-racha-governista>

O diretório executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, nesta sexta-feira (25), em Washington, o novo programa de pagamento apresentado pelo governo argentino, após a aprovação no Senado do país sul-americano, no último dia 17. O acordo estabelece um refinanciamento da dívida e parcelas trimestrais para pagar a dívida de US\$ 44 bilhões, cerca de R\$ 208 bilhões, contraída pelo ex-presidente Mauricio Macri, em 2018.

Os desembolsos serão efetuados durante dois anos e meio, após a revisão da agenda econômica do país por funcionários do Fundo. O único desembolso que não passará por revisão é o primeiro, de US\$ 9,8 bilhões, habilitado de maneira instantânea com a aprovação do acordo por parte do FMI.

Este programa reinicia o pagamento integral da dívida bilionária — valor que o próprio FMI já admitiu que a Argentina não tem capacidade de pagar. Com o novo plano, o país conta com um período de graça de quatro anos para fortalecer suas reservas e pôr em prática o plano [anunciado em janeiro](#).

Segundo o porta-voz do Fundo, Gerry Rice, a aprovação legislativa” é um sinal importante de que a Argentina está comprometida com políticas que fomentarão um crescimento mais sustentável e inclusivo”. Com a reunião do diretório executivo nesta sexta, o organismo postergou para o dia 31 de março o pagamento que venceria nos dias 21 e 22, quando a Argentina deveria desembolsar US\$ 2,014 bilhões em Direitos Especiais de Saque (SDR, na sigla em inglês).

Nesta semana, o Ministro da Economia da Argentina, Martín Guzmán, em viagem à França, também firmou uma prorrogação para os próximos vencimentos do que resta da dívida com o Clube de Paris, de US\$ 2 bilhões. A dívida será paga no prazo de duração do programa que será firmado entre a Argentina e o FMI, cuja conclusão é prevista para meados de 2024.

Em um complicado momento econômico, o governo do presidente Alberto Fernández [busca o equilíbrio](#) para controlar a inflação e melhorar os salários, aposentadorias e planos sociais. A rejeição popular sobre o pagamento ao FMI, que aperta as contas e se reflete no bolso da população, também aprofunda divisão em sua coalizão, o Frente de Todos, uma crise que teve início na derrota das [eleições](#)

[primárias](#) e se escancarou com o acordo levado adiante por Fernández e sua equipe de economia.

Divergências

As 10 horas de debate no Senado refletem a complexidade do tratamento do acordo com o FMI: a oposição votou a favor, enquanto a maioria dos votos contrários foram da própria coalizão governista. Na sessão anterior, na Câmara dos Deputados, uma manifestação contrária ao acordo com o FMI culminou em um apedrejamento contra o Congresso Nacional, onde o gabinete de Cristina Kirchner foi especialmente atacado. Há uma investigação em curso sobre o ataque, que é considerado premeditado contra a vice-presidenta.

O presidente não se pronunciou publicamente sobre o caso, mas a porta-voz do governo garantiu que uma mensagem foi enviada à vice através do secretário do presidente. Tampouco houve resposta por parte de Cristina Kirchner.

Um presidente e uma vice que não se falam e as ruas que gritam diante de preços que não param de subir. Nas últimas semanas, o clima de ruptura na Frente de Todos (FdT) é iminente e alimenta especulações sobre uma nova reformulação de gabinete — algo que não foi confirmado pela Casa Rosada.

Data: **28/03/2022**

Título: **Em referendo, Uruguai decide manter reformas liberais de Lacalle Pou**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/28/em-referendo-uruguai-decide-manter-reformas-liberais-de-lacalle-pou>

O "não" venceu no referendo popular do Uruguai com uma diferença de apenas 1% dos votos. O Tribunal Eleitoral informou na noite de domingo (28) que 49,86% optaram por não revogar a lei de urgente consideração (LUC), enquanto 48,82% votaram "sim" pela revogação de 135 artigos da legislação. Cerca de 2,2 milhões de pessoas participaram do pleito e 1,3% votaram em branco.

"É o retrato de um país dividido", afirmou José Oliveira, dirigente da central PIT-CNT e um dos coordenadores da campanha pelo "sim". Dentre os 20 departamentos

uruguayos, Canelones, Montevideo e Paysandú foram as únicas regiões onde a opção pela revogação obteve a maioria.

O presidente [Luis Lacalle Pou](#), que defendia o "não", afirmou que o resultado já era esperado e que agora seguirá focado em temas "vitais" para o país, como uma reforma da previdência e mudanças no sistema educacional.

A Lei de Urgente Consideração foi o carro-chefe da campanha do político de extrema direita à presidência do Uruguai. A LUC foi aprovada em 2020 com 476 artigos que alteram a Constituição uruguaia em aspectos relacionados à segurança, financiamento do Estado, políticas públicas e até o direito à greve.

A conquista do referendo foi um movimento importante contra a agenda de Lacalle Pou, sendo garantido através de uma campanha promovida por sindicatos, organizações sociais e movimentos populares, que reuniram 763.443 assinaturas em julho de 2021.

A consulta contou com 85% de participação do eleitorado de cerca de 2,6 milhões de pessoas. A Comissão Nacional da campanha pelo "sim" afirmou que foi uma "jornada democrática fundamental". Enquanto o líder da [Frente Ampla](#), que governou o país nos três períodos que antecederam a atual gestão, Fernando Pereira [declarou](#) que a mensagem do referendo foi clara e Lacalle Pou "não pode seguir governando de costas para metade da população".

Data: **28/03/2022**

Título: **Uruguai realiza referendo popular neste domingo para revogar lei de Lacalle Pou**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia : <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/27/uruguai-realiza-referendo-popular-neste-domingo-para-revogar-lei-de-lacalle-pou>

Neste domingo (27), os uruguayos estão convocados a participar do referendo constitucional e decidir se revogam 135 artigos da Lei de Urgente Consideração (LUC), proposta pelo atual presidente Luis Lacalle Pou.

A LUC foi aprovada em 2020 com 476 artigos que alteram a constituição do Uruguai em aspectos relacionados à segurança, financiamento do Estado, políticas públicas e até o direito à greve. O conjunto de mudanças foi a principal agenda do novo governo em seu início.

A consulta do referendo foi um movimento importante contra a agenda de Lacalle Pou, sendo garantida através de uma campanha promovida por sindicatos, organizações sociais e movimentos populares, que reuniram 763.443 assinaturas em julho do ano passado.

O que diz a LUC

Em matéria de segurança, amplia penas para delitos cometidos por adolescentes, flexibiliza o uso da força policial contra manifestações, criando o delito de 'resistência' e ampliando a figura de legítima defesa no caso de resposta policial.

No aspecto da gestão pública, a lei estabelece um teto de gastos para as instituições do Estado. Além disso, permite que a estatal petroleira ANCAP estabeleça os preços do combustível de acordo com os valores internacionais, podendo ser atualizado a cada 60 dias.

A Comissão Nacional Pró-Referendo pretende reverter cerca de oito capítulos inteiros que se referem, por exemplo, à proteção à livre circulação, à eleição dos diretores do Banco de Segurança Social, à privação de liberdade de adolescentes e ao mercado de petróleo bruto e seus derivados.

A LUC foi uma das principais promessas de campanha de Lacalle Pou à presidência e primeira medida de vulto que ele implementa quando assume, no início de 2020. O chefe de Estado, por ocasião do referendo, disse que "o tempo é a prova mais contundente de que a LUC é uma nova lei" e assegurou que a agenda do governo não mudará.

Data: **29/03/2022**

Título: **Oposição apresenta projeto de lei que determina que empresas respeitem direitos humanos**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/oposicao-apresenta-projeto-de-lei-que-determina-que-empresas-respeitem-direitos-humanos>

Parlamentares de oposição e lideranças de movimentos populares apresentaram, nesta terça-feira (29), na Câmara dos Deputados, uma proposta que institui um marco nacional sobre direitos humanos e empresas.

Chamado de Projeto de Lei (PL) 572/22, o texto aponta diretrizes para se promoverem políticas públicas na área, aplicando as normas nacionais e internacionais que versam sobre essas garantias.

A proposta surge após a escalada de retirada de direitos agravada no Brasil de 2015 para cá. Para tentar impedir novos ataques a essas garantias, a oposição busca balizar em forma de lei uma série de instruções que devem nortear a ação de instituições do sistema de Justiça, de empresas e entidades financeiras que atuem no território nacional, com ou sem atividade transnacional.

A proposta determina que os entes federativos e as empresas devem respeitar e não violar os direitos humanos, bem como devem se privar de estabelecer vínculos colaborativos com instituições, empresas ou organizações que desrespeitem esses direitos.

Outra determinação feita ao segmento é que, em caso de violações, os entes federativos e as empresas atuem no sentido de reparar integralmente os danos causados e garantir pleno acesso a documentos e dados que sejam úteis à defesa dos direitos dos atingidos.

Em 30 páginas, o PL determina outras diretrizes, como o fato de que as normas de direitos humanos devem se sobrepor aos diferentes acordos, sejam eles econômicos, de serviços, de comércio ou de outra natureza.

“Nós apresentamos essa contribuição ao debate e queremos fazer audiência pública e mobilizar a sociedade pra garantir que direitos humanos, ambientais e trabalhistas estejam acima da ganância e dos lucros de grandes empresas transnacionais que têm muito mais poder e dinheiro do que muitos Estados-nação”, afirma a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS).

Além dela, assinam o PL os deputados Áurea Carolina (Psol-MG), Carlos Veras (PT-PE) e Hélder Salomão (PT-ES). O texto foi construído a muitas mãos, a partir de demandas colocadas por segmentos populares.

Um estudo desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos e Empresas da UFJF (Homa) com apoio da Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES-Brasil) subsidiou a confecção do texto, cuja elaboração contou ainda com participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da ONG Amigos da Terra Brasil.

Data: **29/03/2022**

Título: Brasil é o “país da negligência”, diz anistia ao lançar informe anual sobre direitos humanos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/brasil-e-pais-da-negligencia-diz-anistia-ao-lancar-informe-anual-sobre-direitos-humanos>

Chega a 120 mil o número de mortes por covid-19 que poderiam ter sido evitadas no Brasil. Isso somente em 2020, o primeiro ano da pandemia. O dado está no informe "Anistia Internacional sobre o estado dos direitos humanos no mundo", divulgado pela entidade nesta terça-feira (29).

Além das violações referentes à crise sanitária durante o governo Bolsonaro, o documento fundamenta em números o agravamento do desemprego, das violências policial e de gênero, da destruição do meio ambiente e da falta de acesso a alimentos no último ano.

“O relatório é uma fotografia do Brasil e do mundo no ano passado, 2021. E a fotografia é dramática”, resume Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional no país. “O Brasil, ao longo da pandemia, tem emergido como o país da negligência”, atesta.

Com o documento, a Anistia Internacional vai oficiar o presidente Jair Bolsonaro (PL); a ministra Damare Alves (PP), da Secretaria da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e os presidentes das comissões de direitos humanos na Câmara Federal e no Senado, Carlos Veras (PT) e Humberto Costa (PT), respectivamente.

Fome e pobreza

Enquanto a insegurança alimentar atinge, em algum nível, mais da metade da população brasileira, conforme indica a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, a fome é realidade para 9% dos domicílios pesquisados.

Paradoxalmente, as populações que tradicionalmente produzem alimento foram as mais atingidas. Entre comunidades agricultoras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas, a fome afetou 12% das moradas.

São essas populações também as que enfrentam o aumento dos conflitos rurais e da invasão de suas terras, que, entre 2019 e 2020, saltou 102%. Só no ano passado, foram derrubados cerca de 13 mil km² de floresta na Amazônia brasileira. É o recorde desde 2006.

O acesso escasso à comida está relacionado também com a renda. De acordo com o documento da Anistia, a redução do Auxílio Emergencial – que, em sua primeira fase, foi de R\$ 600 e depois baixou para valores entre R\$ 375, R\$ 250 e R\$ 150 – levou muitas pessoas a viverem com graves dificuldades financeiras. Entre as mulheres negras, 38% vivem em situação de pobreza e 12,3%, em extrema pobreza.

Data: **30/03/2022**

Título: **Senado adia votação da PL que cria política nacional de direitos para atingidos por barragens**

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2022/03/30/senado-adia-votacao-de-pl-que-cria-politica-nacional-de-direitos-para-atingidos-por-barragens>

Foi adiada, nesta quarta-feira (30), no Senado, a votação da proposta que cria a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab). O texto, chamado formalmente de Projeto de Lei (PL) 2788/2019, tramita atualmente na Comissão de Meio Ambiente (CMA), que colocou o assunto em pauta nesta data, mas acabou protelando a apreciação da medida por conta de um pedido de vista coletiva.

O projeto ainda não tem uma nova data agendada para a votação, mas a tendência é que o assunto volte à tona na próxima semana. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o adiamento amplia a ansiedade e a expectativa do segmento, que tem cobrado a aprovação da Pnab.

“A gente ficou muito preocupado com esse pedido de vista e nós nos colocamos à disposição dos senadores pra esclarecer questões sobre o tema. Esperamos agora uma verdadeira campanha ‘Senado, aprova já porque os atingidos não podem esperar’”, afirma Leandro Scalabrin, do Coletivo de Direitos Humanos do MAB.

Segundo ele, a ideia do movimento é fazer um “intensivão” nos próximos 15 dias para garantir a pressão política necessária à votação do texto pela CMA.

Do ponto de vista do conteúdo, o PL institui um marco normativo que fixa os direitos das populações atingidas por barragens, tema invisibilizado na legislação brasileira atual. A ideia é assegurar garantias para pessoas vulnerabilizadas por obras relacionadas a questões como reservatórios de água, saneamento, mineração e energia hídrica etc.

O texto em questão no Senado amplia, por exemplo, o conceito de “atingido”, hoje aplicado apenas àqueles que possuem títulos de propriedade alagada. Caso o PL seja aprovado, passarão a ser incluídos sob a batuta dessa definição atores como comunidades tradicionais, posseiros, parceiros e outros que sofrem as consequências das irregularidades encontradas nesses empreendimentos.

Data: **31/03/2022**

Título: **Nos 58 anos do golpe, Caminhada do Silêncio repudia violência de Estado e imunidade**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/31/nos-58-anos-do-golpe-caminhada-do-silencio-repudia-violencia-de-estado-e-impunidade>

Neste 31 de março, dia em que o golpe de Estado que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil completa 58 anos, manifestantes e ativistas pelos direitos humanos realizam em São Paulo a segunda Caminhada do Silêncio. A primeira foi em 2019, mas a pandemia de covid-19 não permitiu a repetição do evento nos dois anos seguintes.

“É muito importante marcar os dias 31 de março e 1º de abril, datas em que tiveram início a ditadura. Datas para não serem esquecidas, para que não continue acontecendo todas as violências que tiveram seu começo naquele período”, destaca a procuradora regional da República Eugênia Gonzaga, coordenadora do grupo de trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão em entrevista ao programa *Revista Brasil TVT*.

Conforme a procuradora, lembrar o início do período que oficializou no país a violência de Estado se faz ainda mais importante nos dias de hoje. Isso porque a redemocratização não foi capaz ainda de interromper esse ciclo violento contra os cidadãos brasileiros. Principalmente os negros, indígenas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, população LGBTQI+ e todas as vítimas de ações violentas do poder público.

“Na democracia, a violência de Estado continuou. O Estado não parou de fazer suas vítimas, não fez justiça de transição, não puniu seus agentes (da violência), e continua sinalizando que eles podem seguir perpetrando crimes, que a impunidade deles continua garantida”, destacou Eugênia Gonzaga.

Isso porque, segundo ela, ao contrário de outros países, como Chile e Argentina, no Brasil os militares mantiveram o controle total da transição do regime de ditadura para a redemocratização. “Tanto que até hoje tudo que trata da justiça de transição passa pelos militares, como a comissão de mortos e desaparecidos em 1995 e a comissão de anistia. Tudo teve de ser negociado com os militares. Foi um caminho errado de quem não coloca as Forças Armadas no devido lugar, que é na defesa externa do país, na ajuda humanitária. Jamais em cargos civis”.

Data: **31/03/2022**

Título: **Há 58 anos, o golpe militar aniquilou a democracia, os direitos do povo e a soberania nacional**

Fonte pesquisada: <https://www.alainet.org>.

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/215237>

O golpe militar de 31 de março e 1º de abril de 1964 ocorreu em um contexto de agravamento das contradições da sociedade brasileira. As lutas populares se intensificavam, as correntes democráticas e populares amadureciam, aproximavam-se de conquistas importantes para a consolidação da democracia e da soberania nacional. As condições pareciam favoráveis para a realização de reivindicações históricas. Estava em curso no Brasil, desde há décadas, uma luta entre as forças que se empenhavam para democratizar o país e incorporar as massas populares na vida política nacional e por reformas econômicas, por um lado e, por outro, as classes dominantes e o imperialismo, cujo projeto para o país excluía o povo e os trabalhadores e pressupunha um desenvolvimento dependente.

Esta luta encontrava, em meio a contradições, um encaminhamento válido durante o governo democrático e nacionalista de João Goulart, que propugnava a realização das reformas de base, cuja essência era a conquista de direitos sociais e do desenvolvimento nacional soberano. Foi contra esta tendência de mudanças que as classes dominantes retrógradas aliadas ao imperialismo e apoiadas nas Forças Armadas se insurgiram.

O golpe de 1964 representou um duro revés para o povo brasileiro. As forças mais reacionárias empalmaram o poder através das correntes antinacionais e antidemocráticas que sempre hegemonizaram a casta militar brasileira. A tomada violenta do poder pelas Forças Armadas foi uma reviravolta política de sentido

reacionário, resultante de maquinações, conspirações e intencões que vinham sendo urdidas desde os anos 1950, numa combinação de ações entre partidos e lideranças de direita e o imperialismo estadunidense, em plena guerra fria, em luta pelo domínio do mundo, pela liquidação do socialismo na União Soviética, na China e no Leste Europeu, com inspiração ideológica anticomunista.

O golpe militar de 1964 culminou a ocorrência de sucessivas crises políticas que se arrastavam desde o período do imediato pós-guerra e que tiveram como episódios mais marcantes os retrocessos das conquistas democráticas da Constituinte de 1946, golpeadas pelo governo Dutra, o suicídio em 1954 do presidente Getúlio Vargas, cujo governo foi alvo de ofensiva imperialista e conservadora, a tentativa de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros, a intencão golpista para impedir a posse de João Goulart e depois para que não governasse com os poderes que lhe assegurava a Constituição.

Implantou-se no país em 1964 uma ditadura militar reacionária e ligada aos planos neocolonialistas do imperialismo estadunidense.

A ditadura dos generais impôs, em conluio com os centros econômicos e financeiros do imperialismo, um modelo econômico antipopular e entreguista, contrário ao desenvolvimento do país e ao bem-estar social. Abriu-se um longo período calamitoso para o povo brasileiro.

A ditadura militar declarou guerra ao povo, adotou uma política de extermínio da oposição democrática-popular e da esquerda. Em determinado momento, a partir de finais de 1968, os generais implantaram um regime de terror. Esse regime atentou contra o estado de direito, tolheu as mais elementares liberdades democráticas, desencadeou o terrorismo cultural, impôs a censura à imprensa, às artes, à atividade científica e acadêmica, violou a independência e harmonia entre os Poderes, manietando o Judiciário e o Legislativo, perseguiu, prendeu e torturou dezenas de milhares de brasileiros, indiciou em inquéritos policial-militares mais de dez mil pessoas. Assassinou 434 combatentes pela democracia.

Foi um período trágico para a vida nacional. Apesar disso, o Ministério da Defesa do atual governo de extrema-direita, chefiado pelo pré-candidato a vice-presidente na

chapa de Jair Bolsonaro, publicou uma nota oficial nesta quarta-feira (30) exaltando o golpe militar e o regime facinoroso dos generais.

“O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época”, diz a nota, elogiando um regime que praticou crimes de lesa-pátria e lesa-humanidade. A ditadura celebrada pelo governo e os comandos militares foi também um regime que mergulhou o país na corrupção e fez uma gestão econômica desastrosa, levando o povo a viver uma vida de penúria.

A ordem do dia do candidato a vice de Bolsonaro critica o pensamento consensual entre democratas e patriotas sobre o caráter da ditadura como regime antipopular, antinacional e antidemocrático. Segundo o general, “a história não pode ser reescrita, em mero ato de revisionismo, sem a devida contextualização”. São incapazes de fazer autocrítica, o que significa que estão prontos para reincidir. Aliás, o comportamento golpista de um ex-comandante que ordenou o Congresso a derrubar a presidente Dilma e o Supremo e a prender o presidente Lula comprova isto. Também corrobora a tese de que o golpismo segue vivo no ambiente militar o festim em que se locupletam os generais da base de apoio do atual ocupante do Palácio do Planalto.

O Brasil vive um novo momento tenebroso, em que o titular do Executivo é um apologista da ditadura e do abominável método da tortura e do assassinio de presos políticos.

Em tal situação é atual a tarefa de estudar o passado para que experiências funestas como o golpe militar de há 58 anos não se repitam. Como é atual e inadiável intensificar a luta pela democracia, pela soberania nacional e os direitos do povo que a ditadura militar vilipendiou.